

RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE IMPLICAÇÕES, CAUSAS E A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL FARMACÊUTICA

RISKS OF CHILDREN'S SELF-MEDICATION: A LITERATURE REVIEW ON IMPLICATIONS, CAUSES AND THE IMPORTANCE OF PROFESSIONAL PHARMACY

Fernando Aucco Marim¹, Mike Nunes², Yasmin Rodrigues³

¹Docente do Curso Técnico de Farmácia, ETEC, Ilha Solteira-SP, fermarim97@gmail.com; ²Graduando em Técnico de Farmácia, ETEC, Ilha Solteira-SP, mikenunes.ma@gmail.com; ³Graduando em Técnico de Farmácia, ETEC, Ilha Solteira-SP, rodrigues.yasminbenicio@gmail.com

RESUMO- A automedicação infantil representa um problema de saúde pública, uma vez que envolve riscos significativos à segurança e bem-estar das crianças, especialmente em razão do uso indevido de medicamentos por parte dos responsáveis. Este artigo tem como objetivo analisar os principais riscos associados à automedicação em crianças, identificar os fatores que favorecem essa prática e propor estratégias para sua mitigação. Trata-se de uma revisão de literatura baseada em artigos científicos publicados entre 2015 e 2024, os quais demonstram que a automedicação está frequentemente associada à desinformação dos cuidadores, à facilidade de acesso aos medicamentos e à ausência de acompanhamento profissional. A atuação do farmacêutico, bem como políticas públicas e campanhas educativas, surgem como soluções viáveis para combater essa prática.

PALAVRAS-CHAVE: Automedicação Infantil. Riscos à Saúde. Farmacêutico. Intoxicação Medicamentosa. Uso Irracional de Medicamentos.

ABSTRACT- Self-medication in children represents a public health concern, as it involves significant risks to child safety and well-being, especially due to the misuse of medications by caregivers. This article aims to analyze the main risks associated with self-medication in children, identify the factors that promote this practice, and propose strategies for its mitigation. This is a literature review based on scientific articles published between 2015 and 2024, which show that self-medication is often associated with caregivers' misinformation, easy access to medications, and lack of professional guidance. The pharmacist's role, as well as public policies and educational campaigns, emerge as viable solutions to combat this practice.

KEYWORDS: Child Self-Medication. Health Risks. Pharmacist. Drug Intoxication. Irrational Use of Medications.

1. INTRODUÇÃO

A automedicação em crianças é uma prática preocupante e amplamente difundida em diversas realidades socioeconômicas, especialmente em países com acesso limitado aos serviços de saúde. No Brasil, estudos apontam que os responsáveis utilizam medicamentos sem orientação médica por razões como dificuldade de acesso ao atendimento, cultura de autossuficiência, influência da

internet e a busca por soluções rápidas para sintomas aparentemente simples (Silva et al., 2024; Belo et al., 2017).

Caracterizada pelo uso de medicamentos por iniciativa dos responsáveis sem prescrição médica, é um tema de crescente preocupação em saúde pública. Diversos estudos demonstram que essa prática está associada a fatores como acesso limitado ao sistema de saúde, influência de informações online, reutilização de prescrições antigas e percepção equivocada de que certos sintomas são simples e autolimitados (Silva et al., 2024; Alves et al., 2023; Alves et al., 2021).

A Organização Mundial da Saúde alerta para os danos do uso irracional de medicamentos, com destaque para intoxicações, reações adversas e resistência microbiana. Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir os riscos da automedicação infantil, por meio de uma revisão de literatura atual, buscando analisar os fatores que influenciam essa prática e propor alternativas eficazes para sua prevenção, com ênfase na atuação do farmacêutico.

A automedicação infantil configura-se como uma prática recorrente e preocupante em saúde pública, caracterizada pelo uso de medicamentos por crianças sem a devida prescrição médica, geralmente administrados por seus cuidadores. Essa conduta é motivada por diversos fatores, como a dificuldade de acesso a serviços de saúde, a banalização de sintomas considerados simples e a crença de que determinados medicamentos são inofensivos por serem de venda livre (Silva et al., 2024; Belo et al., 2017).

De acordo com Silva, Rodrigues Junior e Oliveira (2024), a automedicação pediátrica, apesar de amplamente praticada, traz riscos significativos, como intoxicações e agravamento de quadros clínicos. Os autores destacam a importância da atuação do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos e no acolhimento das famílias em dúvidas sobre o tratamento das crianças. Belo, Maio e Gomes (2017) reforçam que, em estudo realizado com cuidadores de crianças e adolescentes, 64% relataram ter automedicado seus filhos, sendo os antitérmicos e analgésicos os fármacos mais utilizados, muitas vezes em doses inadequadas.

Autores como Marim, Paschoa e Frias (2021) identificaram que 93% dos pais entrevistados realizaram automedicação infantil, mesmo 72,8% reconhecendo seus riscos. A automedicação pode levar a consequências graves como intoxicações, reações adversas, resistência antimicrobiana e atraso no diagnóstico de doenças mais sérias (Alves; Magalhães; Rodrigues Júnior, 2021; Silva et al., 2024). Essa prática se torna mais grave em crianças, cuja farmacocinética e farmacodinâmica diferem das de adultos, exigindo cuidado redobrado na administração de fármacos (Rozana da Silva, 2022).

Diversos estudos apontam que os medicamentos mais utilizados na automedicação infantil são analgésicos, antitérmicos, anti-inflamatórios não esteroidais e antialérgicos; especialmente paracetamol, dipirona e ibuprofeno; administrados para sintomas como febre, dor, resfriados e reações alérgicas (Marim; Paschoa; Frias, 2021; Rozana da Silva, 2022). Embora tais fármacos estejam entre os mais consumidos no Brasil, o uso em crianças exige precauções específicas relacionadas à dose, via de administração e frequência, em virtude das particularidades da farmacocinética e farmacodinâmica pediátrica (Alves; Magalhães; Rodrigues Júnior, 2021).

Além disso, a automedicação é frequentemente relacionada a casos de intoxicação medicamentosa, especialmente entre crianças menores de cinco anos, devido ao metabolismo imaturo e à maior suscetibilidade a reações adversas (Ribeiro et al., 2019). Oliveira (2018) aponta que essa prática está associada a fatores

socioeconômicos e culturais, sendo mais comum em populações de baixa renda e com dificuldades de acesso ao sistema de saúde. Ela ainda salienta que o farmacêutico, ao exercer a atenção farmacêutica, pode contribuir significativamente para a redução dessa conduta, através da orientação direta aos pacientes e seus responsáveis.

Nesse sentido, Fernandes e Cembranelli (2015) enfatizam o papel essencial do profissional farmacêutico como agente sanitário, destacando que o fácil acesso da população a esses profissionais torna-os aliados estratégicos no combate ao uso irracional de medicamentos. Ferreira e Terra Júnior (2018) acrescentam que a ausência de orientação técnica, aliada à autoconfiança dos cuidadores e à influência de balconistas, potencializa os riscos associados à automedicação, como interações medicamentosas, efeitos adversos graves e dependência.

O cenário se agrava quando se observa a influência histórica e cultural na perpetuação da prática. Morais e Furlan Júnior (2018) demonstram que o Brasil ocupa uma das primeiras posições no consumo de medicamentos sem prescrição médica na América Latina, com altos índices de hospitalizações e mortes por superdosagem, inclusive entre crianças e idosos. Por sua vez, Lucas et al. (2015) observam que, apesar da gravidade do problema, há uma lacuna significativa na produção científica nacional sobre a automedicação na infância, o que limita a elaboração de estratégias públicas mais eficazes.

Ainda segundo Silva et al. (2024), os medicamentos mais utilizados sem prescrição em crianças entre dois e cinco anos são os anti-inflamatórios, antitérmicos e analgésicos, frequentemente escolhidos com base em experiências anteriores dos responsáveis. Esses achados são corroborados por Fernandes e Cembranelli (2015), que alertam para a falta de controle sobre o uso de medicamentos de venda livre (MIPs) e a necessidade de reforçar a educação em saúde como ferramenta de prevenção.

Embora parte dos cuidadores reconheça os riscos envolvidos na automedicação, muitos continuam a praticá-la, o que indica uma discrepância entre conhecimento e comportamento. A ausência de orientação profissional contínua, aliada à percepção equivocada de que os sintomas apresentados pelas crianças são leves, contribui para a banalização do uso de medicamentos (Silva et al., 2024; Alves et al., 2023). Diante disso, a atuação do farmacêutico

se destaca como um elemento fundamental na prevenção da automedicação, sendo o profissional mais acessível à população em estabelecimentos de saúde e farmácias comunitárias.

Portanto, frente ao alto risco de intoxicações, uso inadequado de dosagens, atraso no diagnóstico de doenças mais graves e aumento da resistência microbiana, torna-se imprescindível discutir e aprofundar a compreensão sobre a automedicação infantil. A presente revisão de literatura tem como objetivo analisar criticamente os riscos dessa prática, os fatores associados à sua ocorrência, suas consequências clínicas e sociais, e propor soluções que envolvam o fortalecimento da atuação farmacêutica, campanhas educativas e políticas públicas voltadas à conscientização da população.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura narrativa. Foram analisados nove artigos científicos disponíveis nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO) e

repositório acadêmico Google Acadêmico, com recorte temporal de 2015 a 2024. Os critérios de inclusão envolveram: textos completos, escritos em português, espanhol ou inglês, que abordassem especificamente a automedicação infantil, seus riscos e a atuação do profissional farmacêutico.

A seleção do material bibliográfico foi orientada pela aplicação de palavras-chave específicas, a saber: “automedicação infantil”; “riscos à saúde”; “farmacêutico”; “intoxicação medicamentosa”; “uso irracional de medicamentos”. Essas palavras foram escolhidas por estarem diretamente relacionadas ao tema central da pesquisa e por favorecerem a identificação de estudos relevantes na área de interesse.

Foram inicialmente encontrados 52 artigos. No entanto, após a leitura dos títulos, resumos e, quando necessário, do texto integral, apenas 13 publicações foram selecionadas por atenderem plenamente aos critérios estabelecidos e por estarem em consonância com a proposta metodológica e os objetivos deste trabalho.

A análise dos artigos selecionados permitiu a construção de um panorama atual sobre a problemática da automedicação na infância, com ênfase nos agravos que a prática pode trazer, possibilitando, assim, uma compreensão crítica dos desafios presentes na temática abordada.

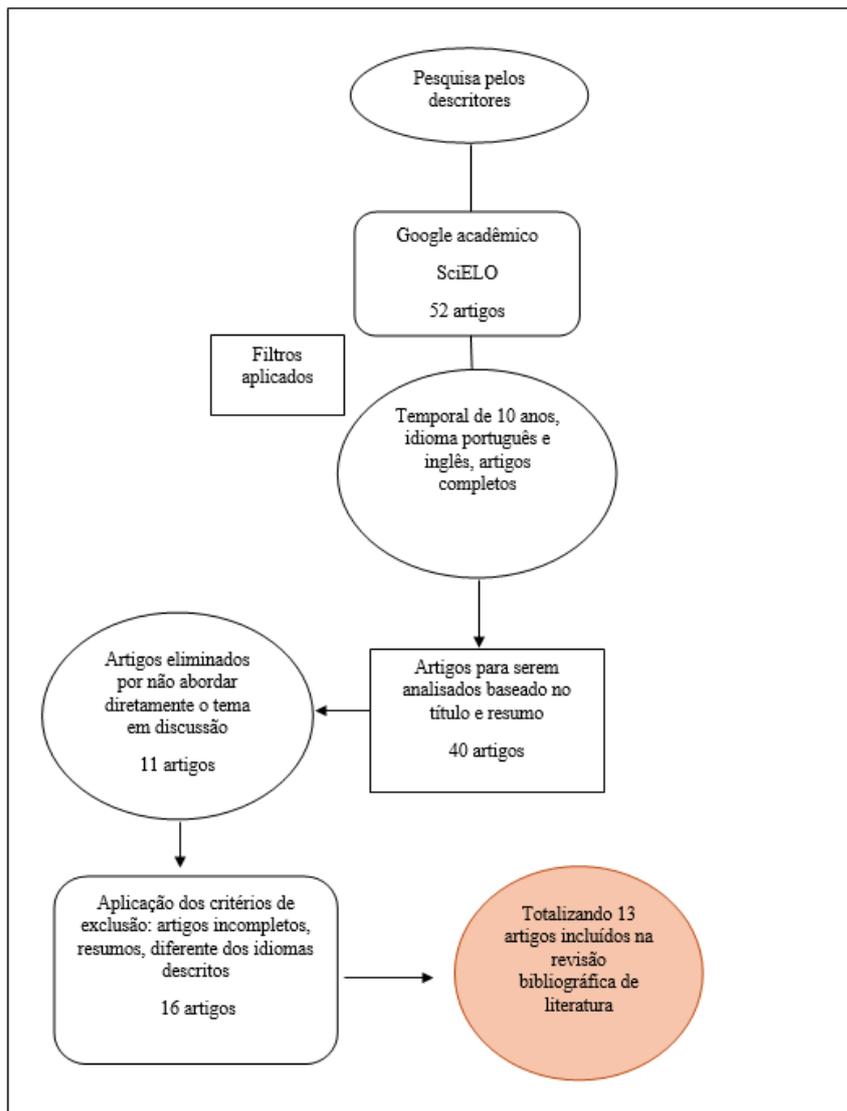
3. JUSTIFICATIVA

A infância é um período de vulnerabilidade fisiológica e imunológica. Crianças metabolizam medicamentos de maneira distinta dos adultos, o que aumenta o risco de reações adversas mesmo com doses pequenas. A automedicação pode ocultar sintomas importantes e atrasar o diagnóstico de doenças mais graves. Diante disso, discutir e propor soluções para o uso indevido de medicamentos é fundamental para a construção de políticas públicas e práticas clínicas mais seguras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 RESULTADOS

Na tabela 1 estão apresentados os artigos científicos pesquisados para compor o presente trabalho, assim como, o título, autores, objetivos e conclusões de cada um dos artigos utilizados para compor o trabalho. O fluxograma apresentado na figura 1 esboça a descrição dos métodos de seleção e eliminação de artigos que compõe a pesquisa.



Fluxograma: método usado para seleção de artigos.

Título do Artigo	Autores	Objetivo	Principais Resultados
O Papel do Farmacêutico na Redução dos Riscos da Automedicação	R. O. da Silva	Descrever como o farmacêutico pode contribuir para a redução dos riscos da automedicação.	A atuação farmacêutica é essencial para orientar e conscientizar a população.
Automedicação em Idade Pediátrica	N. Belo, P. Maio, S. Gomes	Avaliar a prevalência da automedicação pediátrica e os principais fármacos utilizados.	64% dos cuidadores já automedicaram; uso comum de paracetamol e ibuprofeno.
Automedicação Infantil Ocasional	J. C. M. Alves, E. Q. Magalhães,	Identificar fatores relacionados à	Uso frequente de analgésicos e antigripais; risco de intoxicação.



pelos Pais no Brasil	O. M. Rodrigues Júnior	automedicação infantil.	
Intoxicação Medicamentosa Infantil	A. R. da Silva, J. M. A. Moura, L. F. Pivetta, A. M. L. N. Eduardo	Apresentar riscos da automedicação e intoxicação em crianças.	Metabolismo infantil e armazenamento incorreto aumentam o risco.
O Farmacêutico na Pediatria: uma Revisão Literária sobre a Automedicação na Farmacoterapia Pediátrica	S. C. da Silva, O. M. R. Júnior, J. S. de Oliveira	Destacar o papel do farmacêutico no uso racional de medicamentos.	Farmacêutico ainda pouco presente; automedicação perigosa.
A Problemática da Automedicação na Infância	E. A. J. C. F. Lucas et al.	Revisar a literatura sobre automedicação infantil de 1998 a 2013.	Alta prevalência; uso cultural e falta de acesso ao sistema de saúde.
Consequências e Quais os Principais Riscos da Automedicação	E. de Moraes, O. Furlan Júnior	Ressaltar riscos e consequências da automedicação.	Falta de acesso ao SUS; papel essencial do farmacêutico.
A automedicação em crianças de 2 a 5 anos, mediada por seus responsáveis	A. V. A. da Silva et al.	Analisar os fatores que levam à automedicação infantil.	Uso comum para febre e dor; necessidade de campanhas educativas.
Automedicação infantil: uma prática realizada por seus responsáveis	R. M. da Silva	Avaliar o impacto da pandemia sobre a automedicação infantil.	Pandemia aumentou a prática; uso de fitoterápicos e medicamentos comuns.
Estudo sobre a automedicação e o papel do farmacêutico na sua prevenção	R. L. Ferreira, A. T. Terra Júnior	Analisar o papel do farmacêutico na prevenção da automedicação.	Uso irracional comum; farmacêutico é peça-chave na prevenção.
Automedicação em Crianças em Idade Pré-Escolar no Município de Aparecida d'Oeste, SP	F. A. Marim et al.	Avaliar a automedicação infantil no município.	93% dos responsáveis praticam; uso frequente de paracetamol e dipirona.

Assistência Farmacêutica na Automedicação Pediátrica	M. F. Alves, A. S. Gomes, C. J. da Silva, E. O. Silva	Conhecer as principais causas da automedicação pediátrica no Brasil.	Alta prevalência entre responsáveis, com uso comum de paracetamol, ibuprofeno, anti-histamínicos e antidiarreicos.
Automedicação e o Uso Irracional de Medicamentos: O Papel do Profissional Farmacêutico	W. S. Fernandes, J. C. Cembranelli	Enfatizar a importância do farmacêutico no combate à automedicação e ao uso irracional.	Automedicação frequente com analgésicos, antipiréticos e relaxantes. Farmacêutico é essencial para promover o uso racional de fármacos.

Tabela 1: descrição dos artigos escolhidos para compor o artigo.

Silva; Rodrigues Junior; Oliveira, 2024 realizaram uma revisão de literatura voltada à atuação do farmacêutico na prevenção da automedicação pediátrica. Os resultados apontaram que, embora haja muitos estudos sobre o papel do farmacêutico, a busca ativa de pais e responsáveis por esses profissionais ainda é limitada, principalmente quando se trata de medicamentos isentos de prescrição. A automedicação, segundo os autores, continua sendo um problema recorrente devido à facilidade de acesso a esses fármacos e à falta de informação qualificada por parte dos cuidadores.

O estudo evidencia também que o uso inadequado de medicamentos sem orientação profissional pode levar a efeitos adversos graves, como intoxicações, reações alérgicas e agravamento do quadro clínico das crianças. Os autores reforçam que a presença do farmacêutico na linha de frente da atenção à saúde infantil contribui para promover o uso racional de medicamentos, além de evitar práticas equivocadas e recorrentes entre os cuidadores (Silva; Rodrigues Junior; Oliveira, 2024).

Em estudo transversal, descritivo e retrospectivo, Silva; Rodrigues Junior; Oliveira, 2024, através da análise de 209 questionários revelaram que 64% dos participantes admitiram já ter automedicado seus filhos, e 24% o fizeram no mês anterior ao levantamento. Os fármacos mais utilizados foram os antitérmicos, como o paracetamol (84,7%) e o ibuprofeno (53,1%), o que revela uma preocupação em tratar sintomas comuns como febre e dor, mas também expõe a ampla variabilidade de dosagens administradas.

Outro dado relevante é que 26% das crianças haviam recebido antitussígenos, antieméticos e antidiarreicos, muitos dos quais sem indicação formal para uso pediátrico. Embora apenas 1,4% dos casos tenham relatado reações adversas, o estudo identificou risco de toxicidade devido à inadequação de doses e uso de medicamentos não recomendados. Os autores alertam para a necessidade de orientar os pais sobre os perigos da automedicação e reforçar a atuação profissional na promoção do uso racional de medicamentos (Belo; Maio; Gomes, 2017).

Em levantamento realizado por Marim, Paschoa e Frias (2021), 93% dos pais ou responsáveis por crianças de 0 a 5 anos no município de Aparecida d'Oeste relataram praticar automedicação, sendo os medicamentos mais utilizados o paracetamol e a dipirona. Destaca-se ainda que 53,1% desses cuidadores só procuram atendimento médico quando os sintomas não apresentam melhora, o que pode resultar em atraso no diagnóstico e tratamento adequado. Cerca de 5% relataram reações adversas como alergias. Em estudo semelhante Silva et al. (2024)

identificaram que a faixa etária de 2 a 5 anos concentra a maior parte dos casos de automedicação, especialmente em famílias de baixa renda. Os medicamentos mais comuns são analgésicos e antipiréticos, utilizados para sintomas como febre e dor. A prática é impulsionada por barreiras no acesso à saúde, ausência de orientação profissional e influências culturais. O estudo ressalta que o uso incorreto desses fármacos pode gerar intoxicações, resistência antimicrobiana e mascaramento de doenças mais graves.

Em levantamento, Ribeiro et al., 2019, destacam os altos índices de intoxicação medicamentosa infantil no Brasil, especialmente em crianças com menos de cinco anos. Os dados apontam que a maioria dos casos decorre de acidentes domésticos, como o acesso acidental a medicamentos mal armazenados, e da automedicação induzida pelos responsáveis, frequentemente sem qualquer conhecimento técnico. A combinação de metabolismo infantil imaturo com o uso incorreto de medicamentos amplifica o risco de intoxicação.

O estudo também evidencia que os principais fatores relacionados à intoxicação incluem doses erradas, uso de medicamentos não indicados para a faixa etária e orientações equivocadas com base em informações da internet ou experiências anteriores. Reforçando que a presença do farmacêutico e a integração entre os setores da saúde e da educação; especialmente em ambientes escolares; são estratégias eficazes para prevenir intoxicações infantis e promover o uso consciente dos medicamentos (Ribeiro et al., 2019).

A contribuição do farmacêutico para reduzir os riscos da automedicação é fundamental. Oliveira (2018) obteve em seus resultados da revisão de literatura, que a prática não está restrita a pessoas com baixa escolaridade, mas está amplamente associada à ausência de informação adequada e ao fácil acesso a medicamentos isentos de prescrição. Um dado alarmante é o de que aproximadamente 50% dos medicamentos controlados são adquiridos sem prescrição médica no Brasil, contribuindo para o agravamento do problema.

É importante salientar que a atenção farmacêutica é uma das estratégias mais eficazes na prevenção da automedicação, pois aproxima o profissional do paciente, promovendo a educação em saúde. A automedicação pode resultar em efeitos adversos, resistência antimicrobiana, interações medicamentosas e até dependência química, reforçando a necessidade de ampliar a atuação do farmacêutico na comunidade (Oliveira, 2018).

Em trabalho semelhante Fernandes e Cembranelli (2015), destacam o papel fundamental do farmacêutico no enfrentamento dessas práticas. Os resultados obtidos por meio da revisão de literatura apontam que a automedicação é comum entre a população brasileira e que fatores financeiros, culturais e sociais contribuem para sua perpetuação. A prática é fortemente associada ao consumo de medicamentos de venda livre (MIPs), usados sem critérios técnicos, frequentemente por influência de conhecidos ou pela autoconfiança do paciente.

O estudo evidencia que o farmacêutico é um profissional de fácil acesso e está presente em praticamente todas as comunidades, sendo um agente estratégico na orientação da população quanto ao uso racional de medicamentos. Fernandes e Cembranelli (2015) reforçam que sua atuação deve ir além da simples dispensação de medicamentos, englobando atividades de aconselhamento, educação em saúde e vigilância sobre o uso inadequado de fármacos, o que pode reduzir significativamente os riscos associados à automedicação.

Ferreira; Terra Júnior, 2018, também apresentam uma análise sobre o papel do farmacêutico na prevenção da automedicação e do uso irracional de medicamentos.

A revisão de literatura demonstrou que a automedicação é motivada principalmente pela busca de soluções rápidas para sintomas cotidianos e pelo fácil acesso aos medicamentos, o que dispensa, na percepção do paciente, a necessidade de procurar atendimento médico. Outro aspecto observado foi a influência de balcões de farmácia, onde muitas vezes a recomendação de uso parte de funcionários sem formação adequada.

A atuação do farmacêutico como orientador contribui diretamente para a segurança do paciente, promovendo a conscientização sobre os riscos do uso indiscriminado de medicamentos. Além disso, a automedicação pode resultar em reações adversas, interações medicamentosas e até intoxicações severas, reforçando a importância de integrar a assistência farmacêutica às políticas públicas de saúde (Ferreira; Terra Júnior, 2018).

Em um trabalho de revisão, Lucas et al. (2015) demonstrou que a maioria dos medicamentos utilizados em casa sem prescrição médica são armazenados de forma inadequada e usados sem orientação, sendo os antitérmicos e analgésicos os mais comuns. Outro achado foi que os cuidadores frequentemente compartilham medicamentos entre membros da família ou reutilizam prescrições antigas, o que eleva o risco de efeitos adversos.

Lucas et al. (2015) apontam que a automedicação na infância é favorecida por lacunas no conhecimento dos responsáveis e por falhas de fiscalização e controle da comercialização de medicamentos. Se faz necessário defender que a educação em saúde e as consultas de enfermagem, assim como assistência farmacêutica, são estratégias eficazes na prevenção da automedicação, especialmente no contexto comunitário e hospitalar, onde os profissionais de saúde podem intervir diretamente junto às famílias. A pesquisa de Alves, Magalhães e Rodrigues Júnior (2021) reforça essa realidade ao mostrar que muitos pais utilizam medicamentos guardados em farmácias domésticas, adquiridos anteriormente ou indicados por terceiros. Os autores indicam que 35% dos casos de intoxicação medicamentosa ocorrem em crianças com menos de cinco anos, segundo o SINITOX, sendo os medicamentos os principais agentes causadores.

Fatores adversos como a pandemia do Covid-19 também integram o panorama relacionado a automedicação infantil, a monografia de Rozana da Silva (2022) destaca o impacto da pandemia de COVID-19 na intensificação da automedicação. A redução no número de consultas pediátricas levou muitos pais a recorrerem a medicamentos isentos de prescrição e fitoterápicos. A pesquisa, que envolveu 51 responsáveis, apontou que sintomas como febre, tosse, alergias e resfriados foram os principais motivos para automedicação. As fontes de informação mais citadas foram bulas, internet e prescrições antigas, e o acesso aos medicamentos se deu principalmente em farmácias privadas.

Já Alves et al. (2023) observaram que a prática aumentou 31% nos últimos 15 anos e está presente mesmo entre pais com nível superior. Os medicamentos mais utilizados são antitérmicos, analgésicos, antialérgicos e antidiarreicos. O estudo ainda destaca que a automedicação é motivada principalmente pela crença de que os sintomas são leves, pelo fácil acesso aos medicamentos e pela ausência de uma cultura de orientação profissional contínua. A atuação do farmacêutico foi apontada como essencial para o enfrentamento da prática, sendo a atenção farmacêutica uma ferramenta de prevenção eficaz.

A maioria dos estudos analisados aponta que analgésicos e antitérmicos como o paracetamol e o ibuprofeno são os mais utilizados de forma inadequada (Belo et al., 2017; Silva et al., 2024). Os principais motivos relatados pelos cuidadores são:

percepção de sintomas leves, reutilização de receitas antigas, acesso facilitado a medicamentos e influência de balconistas (Morais; Furlan Junior, 2018; Lucas et al., 2015).

O Brasil ocupa posição de destaque no consumo de medicamentos sem prescrição médica, e isso se reflete em altos índices de hospitalizações por superdosagem e intoxicação. Entre os principais motivos apontados estão a precariedade do sistema público de saúde, a escassez de médicos e a cultura de autossuficiência em saúde. Moraes e Furlan Júnior (2018) ressaltam que a automedicação compromete especialmente crianças e idosos, cujos organismos são mais sensíveis a substâncias farmacológicas. Diante disso, o farmacêutico pode assumir papel decisivo na orientação sobre o uso correto dos medicamentos e na conscientização da população quanto aos riscos da automedicação. No entanto, destacam que essa atuação precisa ser acompanhada de políticas públicas que reforcem o acesso à informação e à assistência em saúde.

4.2 DISCUSSÃO

O uso indiscriminado de medicamentos compromete a segurança das crianças, podendo levar à dependência, intoxicações e até óbitos (Ferreira; Terra Jr., 2018; Moraes; Furlan Jr., 2018). A atuação do farmacêutico é frequentemente subutilizada, mesmo sendo este o profissional mais acessível à população (Fernandes; Cembranelli, 2015).

A frequência com que os responsáveis medicam as crianças por conta própria revela uma cultura de autossuficiência associada a obstáculos estruturais do sistema de saúde, como dificuldade de acesso a consultas pediátricas, especialmente em períodos de crise sanitária, como a pandemia da COVID-19 (Rozana Da Silva, 2022; Silva et al., 2024).

Para Silva et al. (2024), a educação em saúde deve ser uma prioridade, aliada à regulamentação mais rigorosa da venda de medicamentos isentos de prescrição. Além disso, Lucas et al. (2015) enfatizam que estratégias como consultas de enfermagem e campanhas educativas podem reduzir significativamente a prática da automedicação.

A automedicação infantil é um fenômeno complexo, motivado por diversos fatores socioeconômicos, culturais e estruturais. Todos os estudos analisados apontam que a prática é amplamente disseminada entre os responsáveis por crianças, sendo muitas vezes vista como um recurso rápido e acessível diante da dificuldade de obter atendimento médico (Silva; Rodrigues Junior; Oliveira, 2024; Moraes; Furlan Júnior, 2018). A ausência de políticas públicas eficazes de orientação e fiscalização também contribui para o cenário atual, conforme destacado por Ribeiro et al. (2019) e Oliveira (2018).

Entre os medicamentos mais utilizados de forma inadequada estão os antitérmicos, analgésicos, antialérgicos e anti-inflamatórios, administrados para sintomas comuns como febre, dor e gripes leves (Alves et al., 2023; Marim; Paschoa; Frias, 2021), geralmente adquiridos sem receita médica e administrados com base em experiências anteriores ou orientações informais (Belo; Maio; Gomes, 2017; Lucas et al., 2015). No entanto, mesmo medicamentos considerados seguros, como o paracetamol, podem representar riscos importantes quando utilizados sem a devida orientação, especialmente em crianças com metabolismo ainda imaturo, o que eleva o risco de toxicidade, reações adversas e mascaramento de sintomas importantes (Ferreira; Terra Júnior, 2018; Ribeiro et al., 2019). A administração incorreta; por dose,

frequência ou via; é uma das principais causas de reações adversas e intoxicações nessa faixa etária (Alves; Magalhães; Rodrigues Júnior, 2021).

Outro aspecto crítico observado é o fato de que muitos responsáveis afirmam ter consciência dos riscos da automedicação, mas continuam com a prática devido à percepção de que os sintomas apresentados pelas crianças são simples e autolimitados (Marim; Paschoa; Frias, 2021). Esse comportamento demonstra uma lacuna entre conhecimento e prática, que pode ser preenchida por ações educativas e intervenções diretas dos profissionais da saúde, especialmente farmacêuticos.

A pandemia da COVID-19 acentuou ainda mais esse cenário. Com a redução do número de consultas e o receio de exposição ao vírus, muitos pais optaram por medicar os filhos em casa, com base em prescrições antigas, informações da internet e bulas (Rozana Da Silva, 2022). Esse comportamento não apenas expõe as crianças a riscos diretos como intoxicações e reações alérgicas, mas também compromete a eficácia dos tratamentos ao postergar diagnósticos corretos.

Os estudos convergem em destacar o papel central do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos. A assistência farmacêutica, quando associada a programas educativos, pode ser decisiva na redução da automedicação infantil (Alves et al., 2023; Silva et al., 2024). No entanto, ainda há subutilização desse profissional na atenção primária, e a política pública de saúde precisa fortalecer essa presença, garantindo não apenas acesso a medicamentos, mas também à informação e ao cuidado seguro.

A atuação do farmacêutico é apontada por todos os autores como uma das estratégias mais promissoras na mitigação dos riscos da automedicação. Fernandes e Cembranelli (2015) defendem que o farmacêutico deve assumir papel ativo na educação em saúde, não se limitando à dispensação de medicamentos. Para Oliveira (2018), a atenção farmacêutica pode estreitar a relação entre profissional e paciente, contribuindo para a prevenção de práticas inadequadas. Da mesma forma, Lucas et al. (2015) sugerem que a consulta farmacêutica e o aconselhamento em ambientes comunitários são estratégias viáveis e efetivas, especialmente em áreas onde o acesso à saúde é limitado.

Além da atuação individual, Morais e Furlan Júnior (2018) e Silva et al. (2024) destacam a importância de campanhas educativas e políticas públicas que regulem melhor o acesso a medicamentos, promovam a capacitação dos cuidadores e garantam informações acessíveis sobre o uso seguro de fármacos em pediatria. Essas medidas, associadas ao reforço da presença do farmacêutico como educador e agente de saúde, podem reduzir significativamente os índices de intoxicação e de uso irracional de medicamentos entre crianças.

Assim, observa-se um consenso entre os autores sobre a necessidade de enfrentar a automedicação infantil com ações integradas, envolvendo profissionais de saúde, gestores públicos, educadores e a própria comunidade. O fortalecimento da atenção primária, da educação em saúde e da atuação farmacêutica são caminhos viáveis e necessários para minimizar os impactos dessa prática na saúde infantil. Aliados a campanhas contínuas e regulação eficiente, será possível proteger adequadamente as crianças e transformar a relação da sociedade com o uso de medicamentos.

Resumo Comparativo dos Resultados

Os artigos revisados convergem ao apontar a automedicação infantil como uma prática recorrente e de alto risco, motivada principalmente pela percepção dos cuidadores de que determinados sintomas não exigem atenção médica imediata. Em

estudos como os de Silva, Rodrigues Junior e Oliveira (2024) e Belo, Maio e Gomes (2017), observou-se que a maioria dos responsáveis administra medicamentos por conta própria, especialmente antitérmicos e analgésicos, com ampla variação nas dosagens.

A frequência da automedicação também foi confirmada por Lucas et al. (2015), que destacaram a reutilização de medicamentos, uso de sobras de prescrições e armazenamento inadequado como práticas comuns. Já Ribeiro et al. (2019) e Moraes e Furlan Júnior (2018) ressaltaram que o maior índice de intoxicações ocorre entre crianças menores de cinco anos, resultado direto da combinação entre automedicação e vulnerabilidade fisiológica dessa faixa etária.

Em relação às consequências, todos os estudos apontam riscos significativos como intoxicação, reações adversas, agravamento do quadro clínico e até atraso no diagnóstico de doenças mais graves. Belo, Maio e Gomes (2017) identificaram inclusive o uso de medicamentos sem eficácia comprovada ou não recomendados para uso pediátrico, como mucolíticos e antieméticos.

Quanto às soluções, há um consenso na literatura quanto à importância da atuação do farmacêutico. Fernandes e Cembranelli (2015), Ferreira e Terra Júnior (2018) e Oliveira (2018) defendem que a orientação farmacêutica é essencial para a promoção do uso racional de medicamentos, enquanto Lucas et al. (2015) e Silva et al. (2024) complementam que campanhas educativas e políticas públicas podem reforçar a conscientização dos cuidadores.

Divergências entre os estudos são sutis e geralmente se referem à abordagem metodológica ou ao foco específico de análise (como intoxicação, uso irracional, atuação do farmacêutico ou fatores culturais). Contudo, todos reconhecem a automedicação como um problema multifatorial que exige ações integradas entre profissionais de saúde, órgãos reguladores e sociedade civil.

5. CONCLUSÃO

A automedicação infantil é uma prática amplamente disseminada e de elevada complexidade, que envolve fatores como acesso limitado aos serviços de saúde, influência cultural, desconhecimento dos responsáveis e facilidade na aquisição de medicamentos sem prescrição. A revisão da literatura permitiu identificar que, embora muitas vezes realizada com a intenção de aliviar sintomas simples, essa prática expõe as crianças a riscos graves, como intoxicações, reações adversas, resistência antimicrobiana e atrasos no diagnóstico de doenças mais sérias.

Os estudos analisados reforçam a necessidade de estratégias integradas para enfrentamento do problema, com destaque para a atuação do farmacêutico como profissional de saúde acessível e capacitado para orientar o uso racional de medicamentos. Além disso, políticas públicas mais rigorosas, campanhas educativas contínuas e programas de atenção básica fortalecidos são essenciais para conscientizar os cuidadores e reduzir os índices de automedicação.

Assim, combater a automedicação infantil exige não apenas vigilância e regulamentação, mas também investimento em educação em saúde, aproximação dos profissionais com a comunidade e valorização do farmacêutico como agente ativo na promoção do uso seguro e eficaz de medicamentos. Somente com essa abordagem articulada será possível minimizar os impactos dessa prática e proteger efetivamente a saúde da população pediátrica.

Assim, é imprescindível que políticas públicas ampliem e fortaleçam a assistência farmacêutica na atenção primária, promovendo o uso racional de medicamentos e oferecendo suporte contínuo às famílias. Aliada a campanhas

educativas, ações nas escolas e maior rigor na regulação da venda de medicamentos, essa estratégia pode reduzir consideravelmente os impactos negativos da automedicação infantil. A proteção da saúde das crianças, grupo vulnerável e em pleno desenvolvimento, deve ser uma prioridade coletiva e permanente do sistema de saúde brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jaqueline Carlan Marques; MAGALHÃES, Edivane Queiroz; JÚNIOR, Omero Martins Rodrigues. A automedicação infantil ocasionada pelos pais no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, p. e581101523443-e581101523443, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i15.23443>. Acesso em mar. 2025
- ALVES, Maíra Farias et al. Assistência farmacêutica na automedicação pediátrica. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/1245>. Acesso em abr. 2025.
- BELO, Nídia; MAIO, Patrícia; GOMES, Susana. Automedicação em idade pediátrica. **Nascer e crescer-birth and growth medical journal**, v. 26, n. 4, p. 234-239, 2017. DOI: <https://doi.org/10.25753/BirthGrowthMJ.v26.i4.10489>. Acesso em abr. 2025.
- DA SILVA, Adriana Ribeiro et al. Intoxicação medicamentosa infantil. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 1, p. 5072-5075, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n1-366>. Acesso em abr. 2025.
- DA SILVA, Anna Victoria Alves et al. A automedicação em crianças de 2 a 5 anos, mediada por seus responsáveis. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 12, p. e129131247635-e129131247635, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i12.47635>. Acesso em abr. 2025
- DA SILVA, RENATA OLIVEIRA. O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA REDUÇÃO DOS RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO. 2019. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/26160/1/RENATA_OLIVEIRA_SILVA_ATIVIDADE%204..pdf. Acesso em mar. 2025.
- DA SILVA, Suziani Castro; JUNIOR, Omero Martins Rodrigues; DE OLIVEIRA, Juliélma Silva. O farmacêutico na pediatria: uma revisão literária sobre a automedicação na farmacoterapia pediátrica. **COGNITIONIS Scientific Journal**, v. 7, n. 2, p. e496-e496, 2024. DOI: <https://doi.org/10.38087/2595.8801.496>. Acesso em fev. 2025.
- DE MORAIS, ERENI; JÚNIOR, OROZIMBO FURLAN. Consequências E Quais Os Principais Riscos Da Automedicação. 2018. Disponível em: <https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/e692c-ereni-de-morais---consequencias-e-quais-os-principais-riscos-da-automedicacao.pdf>. Acesso em mar. 2025

FERNANDES, WENDEL Simões; CEMBRANELLI, Julio César. Automedicação e o uso irracional de medicamentos: o papel do profissional farmacêutico no combate a essas práticas. **Revista Univap**, v. 21, n. 37, p. 5-12, 2015.

DOI: <https://doi.org/10.18066/revistaunivap.v21i37.265>. Acesso em fev. 2025.

FERREIRA, Rogério Lobo; JÚNIOR, André Tomaz Terra. ESTUDO SOBRE A AUTOMEDICAÇÃO, O USO IRRACIONAL DE MEDICAMENTOS E O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA SUA PREVENÇÃO: Imagem: Vida e Saúde. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 9, n. edesp, p. 570-576, 2018. **DOI:** <https://doi.org/10.31072/rcf.v9iedesp.617>. Acesso em abr. 2025.

LUCAS, Eduardo Alexander Júlio Cesar Fonseca et al. A problemática da automedicação na infância. **Enfermagem Brasil**, v. 15, n. 2, p. 98-108, 2016. **DOI:** <https://doi.org/10.33233/eb.v15i2.173>. Acesso em fev. 2025.

MARIM, Fernando Aucco; PASCHOA, Drielle Thainara Perez; FRIAS, Danila Fernanda Rodrigues. Automedicação em crianças em idade pré-escolar no município de Aparecida D'Oeste, São Paulo. **Revista Univap**, v. 27, n. 55, 2021. **DOI:** <https://doi.org/10.18066/revistaunivap.v27i55.2548>. Acesso em mar. 2025.

SILVA, Rozana Maria da. Automedicação infantil: uma prática realizada por seus responsáveis. 2022. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/4576>. Acesso em mai. 2025